

## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 19.296.342/0001-29 NIRE 31300039927 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Instalada a Assembleia às 10:00 (dez horas) do dia 30 de abril de 2026, na sede social da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia"), na Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Prédio Gerais, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte MG - CEP 31630-901. Assembleia Geral realizada digitalmente, nos termos do § 2º-A do art. 124 da Lei n.º 6.404. **2. PUBLICAÇÕES:** 2.1 Demonstrações Contábeis: Publicadas na edição do dia 15 de abril de 2026, no jornal "Estado de Minas", página 28 da Edição Impressa e páginas 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Edição Digital. **2.2 Convocações:** Edital de Convocação publicado no jornal "Estado de Minas", edição do dia 16 de abril de 2026, página 34 da Edição Impressa e página 01 da Edição Digital, edição do dia 17 de abril de 2026, página 35 da Edição Impressa e página 01 da Edição Digital e edição do dia 18 de abril de 2026, página 19 da Edição Impressa e página 01 da Edição Digital. **3. PRESENCAS:** Presentes o Sr. Wallace Alves dos Santos, representante do acionista Estado de Minas Gerais, representando 99,9% do capital votante da sociedade, conforme assinatura aposta no livro de presença de acionistas. Presentes, ainda, os Srs. Gustavo Fonseca Nogueira, Nilma Alves dos Santos e Ivo Saliba Regis, respectivamente, Diretor-Presidente, Diretora Administrativo-Financeira e de Relações com Investidores e Superintendente Administrativo-Financeiro e de Governança. **4. MESA DIRETORA:** Instalada a Assembleia, assumiu a Presidência o Sr. Wallace Alves dos Santos, e, como secretário convidado, o Sr. Ivo Saliba Regis, tendo em vista a ausência do outro acionista. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Atualização dos honorários de membros dos órgãos estatutários. (ii) Redução do capital social e consolidação do Estatuto Social. **6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, lida a pauta e discutidas as matérias, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos, conforme se segue: **6.1. Deliberações da Assembleia Geral Extraordinária** (i) Com respaldo do Ofício SEDE/COMITE/CCGE nº70/2026 e Nota Técnica nº 109/SEDE/CEGE/2026, atualizara remuneração, com efeitos não retroativos, a partir da aprovação dos acionistas desta Assembleia, por meio do INPC acumulado de 2025 (3,9%), fixando-se a remuneração global anual da Diretoria Executiva em, no máximo, R\$ 2.158.121,04, incluindo qualquer tipo de remuneração, benefícios (auxílio-alimentação no mesmo valor recebido pelos funcionários, conforme AGE de 10/12/2015, plano de saúde, gratificação anual, descanso remunerado e eventual indenização que venha a ocorrer no termos no inciso IV, do Art. 30 do Estatuto Social) e verbas de representação, inclusive encargos sociais de ônus da Companhia, nos termos do artigo 152 da Lei das S/A, destacando-se que os honorários mensais para o Diretor Presidente é de R\$ 28.522,64, para o Diretor Vice-Presidente é de R\$27.074,76 e os honorários mensais individuais para os demais diretores são de R\$ 25.626,96. Atualizar a remuneração global do Conselho de Administração que fica fixada em R\$ 484.414,27. As remunerações globais anuais do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária (COAUD) ficam fixadas em R\$ 142.358,43, para cada órgão. As remunerações globais dos órgãos estatutários acima mencionados contemplam os encargos sociais de ônus da Companhia. (ii) Com respaldo do Ofício SEDE/CCGE nº 71/2026 e Nota Técnica nº 112/SEDE/CEGE/2026, aprovar a proposta de redução do capital social da Companhia, apresentada originalmente pela Secretária de Estado de Fazenda, mediante a desincorporação e o consequente retorno ao Estado de Minas Gerais, dos Direitos de Crédito Autônomos (DCA) originalmente cedidos à MGI no exercício de 2012. A restituição do valor correspondente à redução do capital social será realizada de forma mista, compreendendo: (a) a entrega in natura dos Direitos de Crédito Autônomos ao acionista controlador, Estado de Minas Gerais; e (b) o pagamento em recursos financeiros ao acionista minoritário, em montante proporcional à sua participação acionária. A operação realizar-se-á sem alteração do número de ações, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não sendo necessária a redução do valor nominal das ações ou seu cancelamento, implicando exclusivamente na diminuição do montante global do capital social, com preservação da estrutura acionária e das respectivas proporções de participação dos acionistas. Considerando que o capital social da MGI - Minas Gerais Participações S.A. será reduzido do montante atual de R\$ 3.631.225.733,08 (três bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e oito centavos) para R\$ 3.623.430.300,39 (três bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos reais e trinta e nove centavos), mantido o quantitativo de 574.438.888 (quinhentas e setenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentas e oitenta e oito) ações ordinárias, o artigo 5º do Estatuto Social é alterado para refletir a aprovação da operação, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O capital social da MGI - Minas Gerais Participações S.A. é de R\$ 3.623.430.300,39 (três bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos reais e trinta e nove centavos), dividido em 574.438.888 (quinhentas e setenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentas e oitenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal." O Estatuto Social fica consolidado nos termos do Anexo I a presente Ata, considerando a alteração do capital social. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida aos presentes, foi por eles aprovada e assinada. Belo Horizonte, 30 de abril de 2026. **Assinaturas:** Ivo Saliba Regis - Minas Gerais Participações - MGI; Wallace Alves dos Santos - Estado de Minas Gerais. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Belo Horizonte, 30 de abril de 2026. Gustavo Fonseca Nogueira - Diretor Presidente da MGI. **ANEXO I à ATA da Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2026 - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - Da denominação, constituição, sede, duração e objeto da Companhia - Art.1º** - A MGI - Minas Gerais Participações S.A. é uma empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Minas Gerais, dotada de personalidade jurídica de Direito Privado e patrimônio próprio, constituída em 19 de agosto de 1976 na forma de sociedade por ações, cujo ato constitutivo está arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 394.363/76, e que se rege pelo presente Estatuto e pela legislação vigente, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017. **Parágrafo 1º** - A denominação social "MGI - Minas Gerais Participações S.A.", os vocábulos "Sociedade" e "Companhia" e a sigla "MGI" se equivalem para os efeitos deste Estatuto. **Parágrafo 2º** - Nos termos do art. 1º da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, a MGI se enquadra como estatal que explora atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. **Parágrafo 3º** - A MGI vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. **Art.2º** - A MGI tem sede e fora na cidade de Belo Horizonte - MG, e poderá, a critério de sua Diretoria Executiva e na forma que dispuser a Lei, manter representação em qualquer parte do território nacional, bem como nomear representantes e correspondentes no exterior. **Art.3º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Art.4º** - A MGI tem por objeto social: **I** - participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais e dos seus Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas diretamente ou indiretamente controladas, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no Estado de Minas Gerais; **II** - promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro; **III** - prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do Estado, nos termos da legislação em vigor; **IV** - assessorar os dirigentes da Secretaria de Estado de Fazenda e colaborar com o sistema estadual de finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do Estado; **V** - Realizar operações de aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto; **VI** - prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial para a Administração Pública Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas direta ou indiretamente controladas, abrangendo a regularização de imóveis, a alienação de bens, a recuperação e administração de créditos. **Parágrafo Único** - Incluem-se, dentre os serviços prestados, as etapas preparatória e de execução para identificação, cadastro, registro, regularização, valoração e destinação de ativos, inclusive para a alienação de bens e recuperação de créditos; **VII** - criar e/ou participar em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada a contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies; **VIII** - atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas; **IX** - promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais e dos seus Municípios, bem como suas respectivas autarquias, fundações e empresas diretamente ou indiretamente controladas, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas de interesse da administração pública estadual. **Parágrafo Único** - Os recursos orçamentários dos convênios ou instrumentos congêneres mencionados no inciso IX do caput só poderão ser alocados em intervenções classificadas como despesas de capital do grupo investimentos, quando os recursos orçamentários retromencionados forem oriundos de aporte de capital na MGI originários de operação(ões) de crédito contratadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **CAPÍTULO II - Do capital social e ações - Art. 5º** - O capital social da MGI - Minas Gerais Participações S.A. é de R\$ 3.623.430.300,39 (três bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos reais e trinta e nove centavos), dividido em 574.438.888 (quinhentas e setenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e oitocentas e oitenta e oito) ações ordinárias, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas. **Parágrafo 2º** - É vedado à MGI emitir Partes Beneficiárias. **Art.6º** - A sociedade fica autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições do aumento. **Art.7º** - A MGI poderá emitir cautelares provisórias, títulos ou certificados representativos de ações simples ou múltiplas, que deverão ser assinados por 2 (dois) de seus Diretores, admitida a chancela mecânica, bem como debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da legislação em vigor. **CAPÍTULO III - Da Assembleia Geral de Acionistas - Art.8º** - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do ano, para os fins previstos na legislação aplicável e, extraordinariamente, sempre que necessário, e será convocada com antecedência mínima de 08 (oito) dias, observadas em sua convocação, instalação e deliberações as prescrições legais pertinentes. **Parágrafo único** - Quando por disposição legal, regulamentar ou regulatória for diverso o prazo mínimo de convocação, este deverá ser observado. **Art.9º** - A Assembleia Geral dos Acionistas será instalada e presidida por um dos acionistas da MGI presentes à reunião e secretariada por outro acionista por ele convidado. **Art.10** - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os Acionistas da MGI cujas ações estejam inscritas em seu nome e no livro próprio, até 3 (três) dias antes da data marcada para a realização da mesma. **Art.11** - Os editais de convocação da Assembleia Geral dos Acionistas, publicados de acordo com o parágrafo único a seguir, conterão, além do local, data e hora de sua realização, a ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria. **Parágrafo Único** - O edital de convocação deverá ser publicado por, no mínimo, 3 (três) vezes em jornal de grande circulação, com 08 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo único, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas. **Art.12** - As deliberações da Assembleia Geral dos Acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando, no cálculo, os votos em branco, executando-se os casos em que a lei exigir quórum diferenciado. **CAPÍTULO IV - Dos Órgãos Estatutários - SEÇÃO I - Regras Gerais - Art.13** - A MGI terá os seguintes órgãos estatutários: **I** - Conselho de Administração; **II** - Diretoria Executiva; **III** - Conselho Fiscal; **IV** - Comitê de Auditoria Estatutária. **Art.14** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto. **Parágrafo Único** - O Conselho de Administração da MGI é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Sociedade privativa de seus Diretores, obedecido o que dispuser a lei e o presente Estatuto. **Art.15** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **SEÇÃO II - Requisitos e Vedações para Administradores - Art.16** - Sem prejuízo do disposto neste Estatuto e em Regimento próprio, os administradores da MGI serão submetidos às normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no Decreto nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017. **Parágrafo Único** - Consideram-se administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. **SEÇÃO III - Remuneração - Art.17** - A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva será fixada em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - É vedado o pagamento de participação nos lucros, de qualquer espécie, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, à exceção do membro representante dos empregados. **SEÇÃO IV - Defesa Judicial - Art.18** - Os Administradores e os Conselheiros Fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. **Art.19** - A MGI assegurará aos administradores e ex-administradores da Sociedade, relativamente aos atos praticados no estrito cumprimento das atribuições de seus respectivos cargos, excetuadas as hipóteses previstas nos incisos I e II do Artigo 158 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a defesa em juízo ou administrativamente, através da contratação, direta pela Sociedade, de advogados, peritos e a execução de outras despesas vinculadas ao processo, cabendo ao Conselho de Administração manifestar-se previamente sobre as condições contratuais. **Parágrafo 1º** - A Companhia poderá contratar seguro D&O (Directors and Officers Liability Insurance) - Responsabilidade Civil dos Administradores para a cobertura das despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos processos judiciais e administrativos de que trata o parágrafo anterior, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º** - As garantias previstas no caput deste artigo e no seu parágrafo 1º se estendem aos empregados da Companhia e aos seus mandatários legalmente constituídos, que figurem no polo passivo de ação judicial em decorrência de atos praticados no exercício de competência delegada pelos administradores. **Parágrafo 3º** - Caso o beneficiário da defesa judicial seja condenado, em decisão transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou deste Estatuto, ou em razão de ato doloso, ele deverá ressarcir à Companhia todos os custos e despesas decorrentes da defesa, além de eventuais prejuízos causados. **Parágrafo 4º** - Fica assegurado aos membros dos órgãos estatutários o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato. **CAPÍTULO V - Do Conselho de Administração - Art.20** - O Conselho de Administração da MGI será composto de 07 (sete) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observados os requisitos e vedações previstos em lei e no Regimento próprio. **Parágrafo 1º** - No Conselho de Administração é garantida a participação de: **I** - 1 (um) representante dentre os empregados ativos da Companhia, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da Lei n.º 13.303/2016 e do Decreto Estadual n.º 47.154/2017; e **II** - 1 (um) representante dos acionistas minoritários, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto no art. 141 da Lei n.º 6.404/1976. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, dentre os eleitos, seu Presidente e seu Vice-Presidente. **Parágrafo 3º** - Nas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente automaticamente. **Parágrafo 4º** - O Presidente do Conselho de Administração terá, além do voto próprio, o de qualidade, nos casos de empate. **Parágrafo 5º** - A posse de conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro. **Art.21** - O Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da facultade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Parágrafo 1º** - Caracteriza-se conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. **Parágrafo 2º** - Para o cômputo das vagas destinadas aos membros independentes, não será considerada a vaga ocupada pelo conselheiro representante dos empregados. **Art.22** - O Conselho de Administração terá mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidos, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo Único** - Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro para o Conselho de Administração da Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) mandato. **Art.23** - No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. **Art.24** - O Conselho de Administração reunir-se-á em caráter ordinário, pelo menos uma vez por trimestre, e em caráter extraordinário, sempre que for convocado por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros, sem prejuízo do disposto em Regimento Próprio. **Parágrafo 1º** - Serão admitidas, excepcionalmente, reuniões por meio de conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro meio de comunicação. **Parágrafo 2º** - As convocações para as reuniões (i) serão feitas pelo Presidente do Conselho ou por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros, (ii) deverão discriminar a ordem do dia das respectivas reuniões, e (iii) serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante entrega pessoal, correio eletrônico ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, nos locais informados pelos Conselheiros à MGI. **Parágrafo 3º** - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo e demais requisitos acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. **Parágrafo 4º** - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no competente Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e assinadas pelos Conselheiros presentes. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Parágrafo 5º** - Será dispensada a convocação de que trata o parágrafo 1º desde Artigo se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração. **Parágrafo 6º** - O quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de, no mínimo, 4 (quatro) membros. **Parágrafo 7º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos de seus membros, observado o art. 20, §4º. **Art.25** - Além das matérias legais de sua competência privativa, compete, ainda, ao Conselho de Administração: **I** - fixar a orientação geral dos negócios, nos termos do objeto social da MGI; **II** - zelar pelos interesses dos acionistas, considerando as demais partes interessadas; **III** - zelar pela perenidade da MGI, adotando perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade na definição dos negócios e operações; **IV** - estabelecer estratégias e diretrizes para a gestão, da MGI, cuidando para que sejam efetivamente implementadas pela diretoria sem, todavia, interferir em assuntos operacionais; **V** - aprovar e acompanhar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, bem como a estratégia de longo prazo e os orçamentos operacional e de investimentos da Sociedade, sejam anuais ou plurianuais; **VI** - prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da MGI sempre prevaleça; **VII** - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da MGI, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser a legislação pertinente e este Estatuto; **VIII** - fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares afetas à Governança Corporativa e quaisquer outros atos; **IX** - convocar, através de seu Presidente ou de dois de seus membros, a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou, em se tratando de Assembleia Geral Ordinária, nas épocas e condições previstas em Lei; **X** - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que deverão ser submetidos à Assembleia Geral. **Art.26** - A Assembleia Geral ordinária manifestar-se previamente sobre quaisquer atos, operações, contratos e acordos, de valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), bem como aprovar operações com base em moeda estrangeira, salvo atos de pagamentos, aplicações, resgates e transferência de recurso, relacionados às atividades cotidianas da Companhia, observado o disposto na legislação vigente; **XII** - autorizar as alienações de bens do ativo permanente de valor igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a constituição de ônus reais, a prestação de avais, fianças ou quaisquer outras garantias a terceiros, bem como a celebração de contratos, que envolvam responsabilidade da Sociedade, observado o disposto na legislação vigente; **XIII** - escolher e destituir auditores independentes; **XIV** - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes; **XV** - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a MGI, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; **XVI** - estabelecer política de divulgação de informações e política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da MGI; **XVII** - Aprovar a Política de Distribuição de Dividendos nos termos estabelecidos neste Estatuto; **XVIII** - avaliar anualmente o desempenho individual e coletivo dos membros da Diretoria Executiva, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Auditoria Estatutário, observados os seguintes quesitos mínimos: **a)** exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa; **b)** contribuição para o resultado do exercício; **c)** consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo. **XIX** - avaliar anualmente o desempenho individual e coletivo dos membros do(s) comitê(s) estatutário(s); **XX** - realizar sua auto avaliação; **XXI** - analisar, ao menos trimestralmente, o balançete e demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Sociedade, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; **XXII** - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo divulgar suas conclusões em sítio eletrônico da MGI e informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; **XXIII** - manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, contratações para preenchimento dos Cargos de Recrutamento Amplo, a realização de concursos públicos, a concessão de benefícios e vantagens, a revisão de planos de cargos, salários e carreiras, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso, ressalvada as obrigações trabalhistas oriundas da Convenção Coletiva de Trabalho; **XXIV** - aprovar o Regulamento de Licitações e Contratos - RILC da Companhia, que deverá estabelecer os níveis de alçada decisória e de tomada de decisão, preferencialmente de forma colegiada; **XXV** - deliberar sobre qualquer proposta ou recomendação da Diretoria Executiva à Assembleia Geral; **XXVI** - aprovar políticas, regulamentos e regimentos da Sociedade não previstos neste Estatuto, exceto o que for de competência da Assembleia Geral; **XXVII** - aprovar o compromisso com metas e resultados específicos assumidos pelos membros da diretoria, bem como fiscalizar seu cumprimento; **XXVIII** - autorizar o pagamento de juros sobre o capital próprio nos limites dos dividendos obrigatórios estabelecidos na Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, sem prejuízo da competência concorrente da Assembleia Geral; **XXIX** - propor para deliberação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio e a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício; **XXX** - submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social; **XXXI** - deliberar sobre emissão de ações; **XXXII** - deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações; **XXXIII** - deliberar sobre a criação ou participação em empresas subsidiárias, nos termos do art. 1º da Lei Estadual nº 19.968/2011; **XXXIV** - eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria Estatutária da MGI, fixando-lhes a remuneração; **XXXV** - deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da MGI. **Parágrafo 1º** - Excluem-se da obrigação de divulgação a que se refere o inciso XXIII as informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia. **Parágrafo 2º** - As demandas da Auditoria Interna a serem encaminhadas ao Conselho de Administração deverão ser submetidas, previamente, ao Comitê de Auditoria Estatutário, por ser este Comitê órgão auxiliar do Conselho de Administração. **CAPÍTULO VI - Da Diretoria Executiva - Art.26** - A Diretoria Executiva da MGI será composta de 4 (quatro) Diretores residentes no País, acionistas ou não, observada a seguinte caracterização: 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente, 1 (um) Diretor de Negócios e 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores. **Art.27** - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos e vedações previstos em lei e no Regimento próprio, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. **Parágrafo 1º** - Atingido o limite de reconduções consecutivas a que se refere o caput, o retorno do membro da Diretoria Executiva da Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) mandato. **Parágrafo 2º** - Em caso de eleição de empregado da Companhia para exercer o cargo de Diretor, seu contrato de trabalho ficará, obrigatoriamente, suspenso. **Parágrafo 3º** - Para fins do disposto no caput, não será considerada recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da MGI. **Parágrafo 4º** - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a posse de seus sucessores. **Parágrafo 5º** - As licenças aos Diretores serão concedidas pela Diretoria Executiva, perdendo o cargo o Diretor que se ausentar do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos sem licença ou motivo justificado. **Parágrafo 6º** - Diretor-Presidente, além do voto próprio, terá o de qualidade, nos casos de empate. **Art.28** - É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado e fiscalizado pelo Conselho de Administração. **Art.29** - Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, compete ao Diretor Presidente designar, dentre os membros, um substituto que acumulará interinamente suas funções, perdurando esta substituição até o provimento definitivo do cargo. **Art.30** - Será assegurado aos Diretores, enquanto no exercício de seus respectivos cargos: **I** - remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral dos Acionistas; **II** - gratificação anual, correspondente à remuneração mensal, pagável em dezembro de cada ano ou proporcionalmente na data da eventual extinção do mandato; **III** - recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com o facultado em Lei; **IV** - período de 30 (trinta) dias de descanso, sem prejuízo da remuneração mensal, acrescido de 1/3 (um terço) da remuneração mensal em vigor, após completados 12 (doze) meses no efetivo exercício do cargo, observando-se que não poderão ser acumulados 2 (dois) períodos consecutivos de descanso, devendo ser convertido em espécie o período vencido, desde que não usufruído, por motivo justificado perante a Diretoria Executiva, dentro de 30 (trinta) dias do vencimento do período subsequente; **V** - na hipótese de extinção do mandato, haverá conversão em espécie do último período de descanso, já vencido e não usufruído pelo Diretor e/ou, no caso de período de descanso não vencido, deverá ser pago de forma proporcional nos meses trabalhados na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias; **VI** - estas regras se aplicam aos empregados da Companhia quando no exercício de mandato eletivo, desde que optantes pelas condições do cargo, inclusive remuneração. **Art.31** - A Diretoria Executiva reunir-se-á, conforme Regimento próprio. **Art.32** - Compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável: **I** - determinar a orientação geral dos trabalhos da Sociedade, emitindo normas e instruções a ela aplicáveis; **II** - recomendar para aprovação do Conselho de Administração (a) a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos; (b) o plano de negócios e os orçamentos operacional e de investimentos para o exercício anual seguinte; **III** - distribuir e aplicar o lucro apurado pela Companhia na forma estabelecida neste Estatuto e na Política de Distribuição de Dividendos; **IV** - propor ao Conselho de Administração o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento, expansão, diversificação e modernização das atividades da Sociedade; **V** - coordenar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão; **VI** - gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados; **VII** - definir a estrutura organizacional da Sociedade e a distribuição interna das atividades administrativas; **VIII** - aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia; **IX** - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria; **X** - estabelecer os limites de alçada das superintendências e das gerências da Companhia; **XI** - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse; **XII** - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem

Continua...



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 07/05/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2026/05/EDITAL-MGI-MINAS-GERAIS-PARTICIPACOES-S.A.-ATA-DA-AGE-REALIZADA-EM-30-04-2026-07-05-2026.pdf>

